



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681373 - SP (2021/0226894-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : EDUARDO ALEXANDRE MARCELINO FILHO
ADVOGADOS : CLAUDIO REIMBERG - SP242552
EDUARDO ALEXANDRE MARCELINO FILHO - SP438328
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAFAEL DE AGUIAR ANTUNES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL DE AGUIAR ANTUNES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* Criminal Processo n. 2154928-40.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela prática, em tese, do crime previsto no art. 121, § 2º, I, III e IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta que a custódia cautelar é notadamente desproporcional, ante a ausência dos requisitos previstos pelo artigo 312 do CPP.

Aduz que o paciente é primário, tem bons antecedentes, residência fixa, ocupação lícita e faz parte do grupo de risco da Covid-19, uma vez que é portador de HIV.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, com a consequentemente expedição de alvará de soltura, fixando, se for o caso, qualquer outra medida cautelar diversa da prisão. Subsidiariamente, pleiteia a concessão da prisão domiciliar humanitária, em razão do estado de saúde debilitado do paciente. No mérito, pugna seja confirmada a ordem liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência